



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 65 / 2018**

**PREGÃO N.º 49/18 - ELETRÔNICO**

**(REPETIÇÃO DO PREGÃO N.º 21/18 – ELETRÔNICO)**

No dia 28 do mês de agosto de 2018, no Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, é (são) registrado(s) o(s) preço(s) da(s) empresa(s) abaixo identificada(s), para eventual fornecimento de material, conforme descrito no quadro abaixo, resultante do **Pregão n.º 49/18 – Eletrônico** para Sistema de Registro de Preços. As especificações técnicas constantes do **Processo SEI n.º 0026255-78.2017.6.17.8000**, assim como os termos da proposta, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, e segundo as cláusulas seguintes.

Item	Unid.	Material	Qtd. Máx. a ser adquirida	Qtd. Mínima	Preço Unitário Registrado (R\$)
11	Un	Cadeado com trava, nº 35, em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves. <b>Marca: LAND</b> <b>Fabricante: LAND</b> <b>Modelo: 35 mm</b>	30	10	14,69
12	Un	Cadeado com trava, nº 40, em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves. <b>Marca: LAND</b> <b>Fabricante: LAND</b> <b>Modelo: 40 mm</b>	30	10	19,86
13	Un	Cadeado com trava, nº 45, em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves. <b>Marca: LAND</b> <b>Fabricante: LAND</b> <b>Modelo: 45 mm</b>	20	10	20,99
16	Un	Cadeado com trava, nº 20, em latão maciço amarelo, alça em aço inoxidável, com 02 chaves. <b>Marca: LAND</b> <b>Fabricante: LAND</b> <b>Modelo: 20 mm</b>	25	5	10,10
<p>Empresa vencedora do(s) item(ns): SUPREMAVEDA COMERCIAL LTDA  CNPJ: 09.105.910/0001-03  Endereço: Rua Mariquita Artacho, nº 59, Fundos, Bairro: Jardim Piratininga – São Paulo/SP – CEP: 03.716-000  Telefone: (11) 2082-7360  E-mail: rosangela@supremaveda.com.br  Representante Legal: Marcos Rogerio Roque  RG: 17.984.896-3 SSP/ SP CPF/MF: 076.678.038-46</p>					

## CLÁUSULA 1 - DA VIGÊNCIA

1.1 - A presente Ata de Registro de preços terá vigência de 11/09/2018 a 11/09/2019.

## CLÁUSULA 2 - DOS PREÇOS

2.1 - O TRE/PE monitorará, periodicamente, por meio dos servidores referidos na **CLÁUSULA 10 - DA FISCALIZAÇÃO**, os preços dos produtos, avaliará o mercado constantemente e poderá rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados.

2.1.1 - Na hipótese do **item 2.1**, caberá ao TRE/PE promover as devidas negociações junto aos fornecedores.

2.2 - O TRE/PE convocará o fornecedor para negociar o preço registrado e adequá-lo ao

preço de mercado, sempre que verificar que o preço registrado tornar-se superior, por motivo superveniente, ao valor praticado no mercado.

2.2.1 - Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro, mantendo-se a equação econômico-financeira.

2.2.2 - Caso seja frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

2.2.3 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação originária do certame.

2.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso assumido, o TRE/PE poderá:

2.3.1 - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados (notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricantes, etc.); e

2.3.2 - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

2.4 - Ultimadas as providências constantes do **item 2.3** e não havendo êxito nas negociações, o TRE/PE deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis, para obtenção da contratação mais vantajosa.

### **CLÁUSULA 3 - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

3.1 - Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao TRE/PE, na qual deverão ser informados os números do Pregão, da(s) Ata(s), do(s) item(ns) que pretende aderir, e anuência da empresa beneficiária, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as regras contidas na Lei n.º 8.666/93 e no Decreto n.º 7.892/13.

3.1.1 - Uma vez autorizada a adesão pelo TRE/PE, o Órgão não participante deverá efetivar a aquisição solicitada em até **90 (noventa) dias**, observado o prazo de vigência desta Ata.

3.2 - Caberá ao órgão aderente da Ata de Registro de Preços verificar junto ao fornecedor a capacidade de fornecimento dos materiais.

3.3 - Conforme o estabelecido no § 2º do art. 22 do Decreto n.º 7.892/13, poderá a beneficiária da Ata optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente da adesão, limitado a 100% (cem por cento) dos quantitativos dos itens registrados neste instrumento, desde que não se prejudiquem as obrigações presentes e futuras decorrentes da Ata, assumidas com o TRE/PE e, conforme o caso, Órgãos Participantes.

3.4 - O quantitativo decorrente das Adesões à Ata de Registro de Preços não poderá exceder, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

#### **CLÁUSULA 4 - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

4.1 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

4.1.1 – por razão de interesse público; ou

4.1.2 – a pedido do fornecedor.

4.2 - O registro do fornecedor será cancelado pela Administração quando:

4.2.1 - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.2.2 - não retirar e/ou não confirmar o recebimento da respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.2.3 - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

4.2.4 - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do artigo 87 da Lei n.º 8.666/93 ou no artigo 7º da Lei n.º 10.520/02.

4.3 - Nas hipóteses previstas nos **subitens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.4**, o cancelamento será formalizado por despacho do TRE/PE, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

4.4 - Na ocorrência do cancelamento da Ata de Registro de Preços, nas situações descritas nos arts. 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013, serão convocadas as demais empresas registradas no cadastro de reserva, na ordem de classificação, conforme o disposto no art. 11, II, §§ 1º, 2º e 3º do Decreto nº 7.892/2013.

#### **CLÁUSULA 5 - DO PAGAMENTO**

5.1 - Pela perfeita e fiel entrega do objeto licitado, o TRE/PE efetuará o pagamento do preço proposto pela licitante vencedora, mediante ordem bancária creditada na conta-corrente 14.579-3, agência 3558-0 do Banco do Brasil, em até **5 (cinco) dias úteis**, na hipótese de o valor da nota fiscal/fatura ser de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), e em até **10 (dez) dias úteis**, para valores superiores, contado da data do atesto pelo TRE/PE na nota fiscal/fatura, desde que não haja fato impeditivo provocado pela beneficiária da Ata.

5.1.1 - A Secretaria de Orçamento e Finanças deverá conferir toda a documentação referente à comprovação da quitação das obrigações impostas à beneficiária desta Ata, bem como efetuar, na fonte, todos os descontos legais.

5.2 - O número do CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – constante da nota fiscal/fatura, deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação.

5.2.1 - Eventual mudança no CNPJ do estabelecimento da beneficiária da Ata (matriz/filial) encarregada da contratação, entre aqueles constantes dos documentos de habilitação, terá de ser solicitada formal e justificadamente, com antecedência mínima de **8 (oito) dias úteis**, da data prevista para pagamento da nota fiscal.

5.3 - Antes de cada pagamento à licitante vencedora, será realizada consulta ao SICAF para verificação da manutenção das condições de habilitação exigidas no edital. Constatada a irregularidade, a gestão contratual notificará a licitante vencedora para proceder à regularização, sob pena de instauração de processo administrativo para aplicação de penalidade/rescisão da Ata, por descumprimento contratual.

## **CLÁUSULA 6 - DAS PENALIDADES**

6.1 - Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e do art. 7º, da Lei nº 10.520/02, a Beneficiária da Ata que:

a) inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

b) ensejar o retardamento da execução do objeto;

c) fraudar na execução do contrato;

d) comportar-se de modo inidôneo;

d.1) considera-se comportamento inidôneo, entre outros:

d.1.1) a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

d.1.2) atos como os descritos nos arts. 90, 92, 93, 94, 95 e 97 da Lei nº 8.666/93.

d.1.3) possuir inscrição no cadastro de empregadores flagrados explorando trabalhadores em condições análogas às de escravo, nos moldes da Portaria Interministerial MTPS/MMIRDH nº 4, de 11 de maio de 2016;

d.1.4) ter sido condenada, a licitante vencedora ou seus dirigentes, por infringir as leis de combate à discriminação de raça ou de gênero, ao trabalho infantil e ao trabalho escravo, em afronta à previsão aos artigos 1º e 170 da Constituição Federal de 1988; do artigo 149 do Código Penal Brasileiro; do Decreto nº 5.017, de 12 de março de 2004 (promulga o Protocolo de Palermo) e das Convenções da OIT n.ºs 29 e 105.

e) cometer fraude fiscal;

f) não mantiver a proposta.

6.2 - A Beneficiária da Ata que cometer qualquer das infrações discriminadas no item acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o TRE/PE;

b) multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, dobrável na reincidência até 2% (dois por cento), respeitado o limite total de 20% (vinte por cento);

c) multa compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial do objeto;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRE/PE, **pelo prazo de até dois anos**;

e) impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF, **pelo prazo de até cinco anos**, conforme previsto no art. 7º, da Lei n.º 10.520/02;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Beneficiária da Ata ressarcir o TRE/PE pelos prejuízos causados.

6.3 - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/93, as empresas ou profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

6.4 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Beneficiária da Ata, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente a Lei n.º 9.784/99.

6.4.1 - A aplicação das multas a que alude esta Ata não impede que a Administração cancele o registro da Beneficiária da Ata, rescinda unilateralmente a contratação e aplique as outras sanções previstas no Edital, nesta Ata de Registro de Preços e demais disposições legais.

6.5 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

6.6 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

6.7 - As multas previstas nesta Cláusula serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pelo TRE/PE.

## CLÁUSULA 7 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 - A despesa decorrente da aquisição, objeto do presente certame, está vinculada à classificação conforme detalhamento abaixo e que apresenta disponibilidade orçamentária para o seu atendimento:

### Despesas Ordinárias:

AÇÃO	NATUREZA DA DESPESA/SUBELEMENTO DA DESPESA	PLANO INTERNO
84609 - Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na JE	3390.30.19 - Material de Consumo / Material de Acondicionamento e Embalagem	AOSA CONSUM
	3390.30.28 - Material de Consumo / Material de Proteção e Segurança	

### Despesas de Eleição:

AÇÃO	NATUREZA DA DESPESA/SUBELEMENTO DA DESPESA	PLANO INTERNO
107671 - Pleitos Eleitorais	3390.30.19 - Material de Consumo / Material de Acondicionamento e Embalagem	FUN MATCON
	3390.30.28 - Material de Consumo / Material de Proteção e Segurança	

## CLÁUSULA 8 - DO PREÇO

8.1 - Pelo fornecimento do material, o TRE/PE pagará à beneficiária da Ata a importância indicada como **preço unitário por item** constante desta Ata de Registro de Preços resultante do Edital que originou a presente Ata, multiplicada pela quantidade do(s) material(is) adquirido(s) indicado(s) na Nota de Empenho.

## CLÁUSULA 9 - Recebimento do Objeto da Licitação e Local da Execução

9.1 - Os materiais deverão ser entregues na Seção de Almoxarifado do TRE/PE, localizada na Av. Rui Barbosa, nº 320, Graças, Recife/PE, CEP 52.011-040, no horário das 8h às 14h, segunda a sexta-feira, no prazo máximo de **15 (quinze) dias úteis**, contados a partir da confirmação do recebimento da nota de empenho.

9.1.1 - A(s) beneficiária(s) do registro de preços terá(ão) o prazo **de 1 (um) dia útil** para confirmação do recebimento da nota de empenho, através do e-mail [secom@tre-pe.jus.br](mailto:secom@tre-pe.jus.br) ou pelos fones/fax: (81) 3194.9334 / 3194.9336 / 3194.9337 / 3194.9338 / 3194-9339.

9.1.1.1 - No caso da inexistência da confirmação acima, será emitida certidão por servidor do setor solicitante, registrando a data do recebimento da nota de empenho pela beneficiária.

9.1.2 - No ato da entrega, os materiais que apresentarem prazo de validade, deverão possuir, prazo de validade de no mínimo de **80% (oitenta por cento)** do prazo original estabelecido pelo fabricante.

9.2 - Os materiais serão inspecionados por ocasião de seu recebimento na Seção de Almoxarifado do TRE/PE. Em hipótese alguma será aceito material diferente do que foi cotado e/ou esteja em desacordo com a descrição do material constante no Edital, divergente da validade exigida, com defeito de fabricação ou avarias, ficando a empresa obrigada a recolhê-lo e substituí-lo **no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis**, sem qualquer ônus para o TRE/PE.

## **CLÁUSULA 10 - DA FISCALIZAÇÃO**

10.1 - Os servidores do TRE/PE especialmente designados para acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços constam do processo SEI indicado no preâmbulo do Edital que originou a presente Ata.

## **CLÁUSULA 11 - DAS OBRIGAÇÕES DO TRE/PE**

11.1 - São obrigações do TRE/PE:

11.1.1 - receber e conferir o material;

11.1.2 - atestar as notas fiscal/fatura e efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados no Edital, desde que não haja nenhum impedimento legal para o fato;

11.1.3 - acompanhar e fiscalizar a execução do Registro de Preços por meio dos servidores indicados pelo TRE/PE, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;

11.1.4 - arcar com as despesas de publicação do extrato desta Ata de Registro de Preços no Diário Oficial da União, bem como das notas de empenho emitidas, que será providenciada pela Administração até o **5º (quinto) dia útil** do mês subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias** daquela data, nos termos do Parágrafo Único do art. 61 da Lei n.º 8.666/93.

11.2 - A Administração não se obriga a adquirir a quantidade total ou parcial do produto adjudicado constante nesta Ata de Registro de Preços.

11.3 - Assinada a Ata de Registro de Preços e publicado o seu extrato no D.O.U, é facultado à Administração emitir nota de empenho em favor da empresa adjudicatária, que, juntamente com o Edital e seus anexos, terão força de Contrato.



## CLÁUSULA 12 - DAS OBRIGAÇÕES DA BENEFICIÁRIA DA ATA

12.1 - Será de responsabilidade da beneficiária da Ata a **entrega do objeto a ela adjudicado**, de acordo com a especificação do Edital, na forma do Termo de Referência (**ANEXO I**), obedecendo a todas as condições estabelecidas no Edital, bem como as oferecidas em sua proposta.

12.2 - Constituirão ainda obrigações da(s) beneficiária(s) da ata:

a) entregar os materiais conforme prazos e condições constantes da **CLÁUSULA 9** desta Ata de Registro de Preços, bem como do Edital que gerou o presente instrumento;

b) recolher e substituir, no prazo máximo de **08 (oito) dias úteis**, o material diferente do que foi cotado e/ou esteja em desacordo com a descrição do material constante do Edital ou da nota de empenho, divergente de validade exigida, com defeito de fabricação ou avarias, sem qualquer ônus para o TRE/PE;

c) comunicar ao TRE/PE qualquer modificação em seu endereço, sob pena de se considerar perfeita a notificação realizada no endereço apresentado durante o Pregão;

d) manter as condições de sustentabilidade exigidas para o certame, durante toda a execução da Ata, o que será verificado durante toda sua vigência;

e) **apresentar declaração de atendimento aos requisitos de sustentabilidade** previstos no Capítulo - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE, referente ao **item 12.1 e respectivos subitens do Edital**, para fins de análise pelo setor demandante, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, contado a partir da assinatura da Ata de Registro de Preços;

e.1) o setor demandante poderá realizar diligências para verificar a adequação do objeto ofertado ao exigido no instrumento convocatório quanto ao disposto no capítulo dos Critérios de Sustentabilidade;

f) informar ao TRE/PE qualquer mudança na situação jurídica de optante do SIMPLES, na forma da Instrução Normativa SRF n.º 1.234/12, da Secretaria da Receita Federal do Brasil, se for o caso;

g) manter, durante toda a execução do objeto licitado, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ela, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, nos termos do inciso XIII do art. 55 da Lei n.º 8.666/93.

12.3 - Todos os impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas, que incidam ou venham a incidir sobre a presente Ata de Registro de Preços ou decorrentes de sua execução, serão de exclusiva responsabilidade da beneficiária da Ata.

## CLÁUSULA 13 - DA RESCISÃO

13.1 - A inexecução total ou parcial da presente Ata de Registro de Preços enseja a rescisão da compra, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento,

mediante formalização e assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1 - Constituem motivos para a rescisão da Ata:

I - inadimplemento da beneficiária da Ata, caracterizado nas seguintes hipóteses:

- a) não-cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas desta Ata, especificações, projetos ou prazos;
- b) subcontratação total ou parcial, associação da beneficiária da Ata com outrem, cessão ou transferência total, bem como a fusão, cisão ou incorporação;
- c) cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei n.º 8.666/93;
- d) desatendimento das determinações da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata de Registro de Preços, assim como a de seus superiores;
- e) descumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal, sem prejuízo das sanções penais cabíveis;
- f) a decretação de falência ou instauração de insolvência;
- g) a dissolução da sociedade;
- h) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução da Ata de Registro de Preços.

II - razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o TRE/PE, e exaradas no processo administrativo a que se refere esta Ata de Registro de Preços;

III - ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução das compras oriundas desta Ata de Registro de Preços.

13.1.2 - No caso de rescisão da compra, sem culpa da beneficiária da Ata, caberá a esta o valor referente à execução desta Ata de Registro de Preços até a data da dissolução do vínculo contratual, conforme disposto no art. 79, § 2º, inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

## **CLÁUSULA 14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1 - O Foro da Justiça Federal desta Capital é o competente para dirimir eventuais litígios decorrentes da contratação.

14.2 - Aplica-se à execução do objeto desta Ata de Registro de Preços e, em especial aos

casos omissos, a Lei n.º 8.666/93 e alterações, bem como, no que couber, a legislação aplicável ao caso concreto.

Recife, 28 de agosto de 2018.

**Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco**

**Alda Isabela Saraiva Landim Lessa**

**Diretora-Geral**

CPF/MF 698.022.204-00

**BENEFICIÁRIA DA ATA** - \_\_\_\_\_

Marcos Rogerio Roque

CPF/MF 076.678.038-46



Documento assinado eletronicamente por **ALDA ISABELA SARAIVA LANDIM LESSA, Diretor(a) Geral**, em 29/08/2018, às 11:14, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogerio Roque - CPF/MF: 076.678.038-46 - Rep Legal SUPREMAVEDA COMERCIAL LTDA, Usuário Externo**, em 30/08/2018, às 13:58, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0703771** e o código CRC **D515E37A**.

0026255-78.2017.6.17.8000

0703771v4



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ

### AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

O TRE/PA torna pública a homologação do Pregão Eletrônico nº 77/2018, cujo objeto é a aquisição de material permanente (Fogão elétrico tipo cooktop). Adjudicatária: EGIDE - COMERCIO DE VESTUÁRIO E ELETRODOMESTICOS LTDA. Valor global: R\$ 4.454,96.

WALBER JOAQUIM DOS REMÉDIOS  
Diretor-Geral  
Substituto

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2018 - UASG 70004

Processo: 0006552-14.2018. Objeto: Equipamentos Eletrônicos Diversos. Total de Itens Licitados: 16. Edital: 04/09/2018 das 08h00 às 15h00. Endereço: Rua Joao Diogo, 288, Campina - Belém/PA ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70004-5-00087-2018](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70004-5-00087-2018). Entrega das Propostas: a partir de 04/09/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 17/09/2018 às 09h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

JOSE FLAVIO LIMA DA ROCHA  
Pregoeiro

(SIASGnet - 03/09/2018) 70004-05606-2018NE000011

### SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

#### EXTRATOS DE CONTRATOS

Proc. Prot. n. 0009354-82.2018.6.14.8000. Contrato n.º 73/2018. Contratante: União, por intermédio do TRE-PA. Contratada: D J M PEREIRA - EPP, CNPJ/MF sob o nº 84.201.672/0001-55. Objeto: Contratação de serviços de coleta, transporte e distribuição de baterias chumbo-ácido, possibilitando a realização das Eleições Gerais que ocorrerão no mês de outubro de 2018, conforme disposto no Projeto Básico. Fundamento Legal: art. 24, IV da Lei n.º 8.666/93. Valor global: R\$ 9.498,88. Vigência: a partir de sua assinatura até 31/12/2018, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União. Data da Assinatura: 31/08/2018. Signatários: Walber Joaquim dos Remédios, Diretor Geral Substituto do TRE/PA, pela Contratante; Didimo José Macêdo Pereira, pela Contratada.

Proc. Prot. n. 0009354-82.2018.6.14.8000. Contrato n.º 74/2018. Contratante: União, por intermédio do TRE-PA. Contratada: RODOCYMAR TRANSPORTES LTDA - EPP, CNPJ/MF sob o nº 02.763.624/0001-96. Objeto: Contratação de serviços de coleta, transporte e distribuição de baterias chumbo-ácido, possibilitando a realização das Eleições Gerais que ocorrerão no mês de outubro de 2018, conforme disposto no Projeto Básico. Fundamento Legal: art. 24, IV da Lei n.º 8.666/93. Valor global: R\$ 42.655,70. Vigência: a partir de sua assinatura até 31/12/2018, com eficácia após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União. Data da Assinatura: 03/09/2018. Signatários: Walber Joaquim dos Remédios, Diretor Geral Substituto do TRE/PA, pela Contratante; Tomázia de Jesus da Rocha Nazário, pela Contratada.

#### EXTRATO DE NOTA DE EMPENHO

Processo n.º 0007530-88.2018. Contratada: L & J TRANSFER LTDA, CNPJ nº 07046164/0001-07. Objeto: empenho para cobrir despesas com aquisição de material de consumo camisa gola careca - Eleições/2018. Nota de Empenho: 2018NE001419 de 31/08/2018, valor global R\$ 32.000,00. PTRES: 107671 ND 339030. Referência: ARP nº 150/2018, PE nº 79/2018. Autorizado em: 31/08/2018, por Walber Joaquim Dos Remédios, Diretor Geral substituto, (0609596).

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 11/2018

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, sito na Rua João Diogo, nº 288 - Belém/PA, NOTIFICA, nos termos do art. 37, caput, da CF/88, c/c o § 4º do art. 26 na lei nº 9.784/99, a Sociedade Empresária E. DA S. MIRANDA COMÉRCIO & SERVIÇOS COMBINADOS EIRELI - ME, CNPJ/MF nº 26.210.109/0001-47, que se encontra em endereço incerto e não sabido, para, querendo, apresentar RECURSO, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, consoante o despacho do Diretor Geral deste TRE, em face da decisão de aplicação da sanção administrativa de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de 6 (seis) meses, devendo ser descredenciada do SICAF, com fulcro no art. 7º da Lei nº 10.502/2002, e no item 19.1, "3", do Edital de Pregão Eletrônico nº 69/2018, em razão da apresentação de declaração falsa. Ao responder a esta notificação, fazer referência ao Processo Eletrônico nº 0008192-52.2018.6.14.8000, para maior celeridade no andamento processual.

RODRIGO AUGUSTO N. M. VALDEZ  
Diretor-Geral  
Substituto

### EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 12/2018

O Tribunal Regional Eleitoral do Pará, sito na Rua João Diogo, nº 288 - Belém/PA, NOTIFICA, nos termos do art. 37, caput, da CF/88, c/c o § 4º do art. 26 na lei nº 9.784/99, a Sociedade Empresária JMS SILVA EIRELI, CNPJ/MF nº 16.928.134/0001-07, que se encontra em endereço incerto e não sabido, para, querendo, apresentar DEFESA PRÉVIA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ante a possibilidade de aplicação da sanção prevista no item 19.1, "5" do Edital de Licitação nº 57/2018, em razão de não manter a proposta, injustificadamente. Ao responder a esta notificação, fazer referência ao Processo Eletrônico nº 0009514-10.2018.6.14.8000, para maior celeridade no andamento processual.

WALBER JOAQUIM DOS REMÉDIOS  
Diretor-Geral  
Substituto

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA

### EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO nº 30/2018 - TRE/PB; Processo SEI nº 1217-84.2018.6.15.8000; CONTRATANTE: TRE-PB, CNPJ 06.017.798/0001-60; CONTRATADA: PRIME CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA, CNPJ: 05.340.639/0001-30; OBJETO: Prestação dos serviços de implantação, intermediação e administração de um sistema informatizado e integrado, com utilização de cartão magnético de gerenciamento, para aquisição de combustíveis (gasolina, álcool e óleo diesel) para os veículos oficiais (automóveis tipo passeio, pickups, vans e caminhões) que compõem a frota do TRE-PB, bem como o abastecimento das Unidades Geradoras de Energia (da Secretaria e do Fórum Eleitoral da Capital) e dos veículos à disposição deste Regional, a ser realizado de acordo com o estabelecido neste instrumento e no Termo de Referência nº 03/2018 - SETRAN, Anexo I do Pregão Eletrônico nº 25/2018 TRE-PB; FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico nº 25/2018 - TRE/PB (Processo SEI nº 1217-84.2018.6.15.8000) e reger-se-á por suas cláusulas e pelos termos da proposta da firma vencedora, bem como pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 3.555/2000, Decreto nº 5.450/2005 e, no que couber, na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações; VIGÊNCIA: Doze meses, contados a partir do dia 04/09/2018; DATA DA ASSINATURA: 20/08/2018; VALOR TOTAL: R\$ 180.196,07; SIGNATÁRIOS: Valter Félix da Silva, pelo Contratante, Leonardo Henrique Sene, pela Contratada.

### AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2018 - UASG 70009

Processo: 0002679-76.2018. Objeto: Aquisição de bens permanentes (equipamentos de informática) - SRP. Total de Itens Licitados: 7. Edital: 04/09/2018 das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00. Endereço: Av. Princesa Isabel, 201, Tambaíba - João Pessoa/PB ou [www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70009-5-00029-2018](http://www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/70009-5-00029-2018). Entrega das Propostas: a partir de 04/09/2018 às 08h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Abertura das Propostas: 19/09/2018 às 14h00 no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br). Informações Gerais: .

ANDREZA ALVES GOMES  
Pregoeira

(SIASGnet - 03/09/2018) 70009-00001-2018NE000008

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

### EDITAL DE INTIMAÇÃO 19/2018

Convocamos a empresa AVALANCHE ADMINISTRAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EIRELI-ME, CNPJ 01.302.562/0001-52, para que seu representante compareça, pessoalmente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste, na Secretaria de Gestão de Serviços do TRE-PR, sito à Rua João Parolin, 224, no horário entre 12 e 19 horas, a fim de apresentar defesa ao processo

### EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços n.º 65/18. PROCESSO SEI N.º: 0026255-78.2017.6.17.8000 MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão n.º 49/18- Eletrônico. OBJETO: registro de preços para eventual fornecimento de material, conforme tabela abaixo. BENEFICIÁRIA DO(S) ITEM(NS): SUPREMAVEDA COMERCIAL LTDA, CNPJ: 09.105.910/0001-03, VIGÊNCIA: 11/09/2018 a 11/09/2019. DATA DE ASSINATURA: 28/08/2018.

ITEM	MATERIAL	UNID	QUANTIDADE MÁXIMA REGISTRADA	PREÇO UNITÁRIO REGISTRADO (R\$)
11	Cadeado com trava, nº 35	Un	30	14,69
12	Cadeado com trava, nº 40	Un	30	19,86
13	Cadeado com trava, nº 45	Un	20	20,99
16	Cadeado com trava, nº 20	Un	25	10,10

administrativo PAD nº 7174/2017, aberto pela infração contratual de natureza grave e gravíssima, referente ao contrato nº 47/2013, firmado com este TRE-PR. O processo terá continuidade independentemente do comparecimento de seu responsável. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

SILMARA APARECIDA LASKOSKI  
Secretária de Gestão de Serviços

### SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

### RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 36/2018

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná comunica o resultado de julgamento da licitação em epígrafe. Vencedores: Plus Card Tecnologia de Sistemas de Identificação LTDA: Grupo 4 - R\$ 1206,74. Jair do Reis Silva Junior: Item 11 - R\$ 26.751,62. Desertos: Grupos 1 a 3. Cancelado: Grupo 5.

JULIAN VELLOSO PUGH  
Pregoeiro

(SIDE - 03/09/2018) 070019-00001-2018NE000067

## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

### DIRETORIA-GERAL

#### EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n. 021/2018. SEI n. 0034237-46.2017.6.17.8000. ESPÉCIE: Prestação de Serviços. CONTRATANTES: Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco e AGILE EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS EIRELI. CNPJ: 11.312.296/0001-00. OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviço de apoio especializado à realização de Eleições Gerais 2018, mediante alocação de postos de trabalho de auxiliares de apoio às Eleições, com atuação na Sede do TRE-PE, nos Cartórios Eleitorais, locais de armazenamento de urnas eletrônicas e locais de votação. FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 10.520/02, aos Decretos n.ºs 3.555/00, 5.450/05, 3.931/01 e 8.538/15, à Lei Complementar n.º 123/06, à Lei n.º 8.666/93, às Resoluções CNJ n.ºs 169/13 e 183/13, à Resolução TSE n.º 23.234/10, e Instrução Normativa TSE n.º 5/14. VIGÊNCIA: a partir de 1º de setembro de 2018 ou a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial da União, caso ocorra em data posterior, a 31 de dezembro de 2018. VALOR GLOBAL ESTIMADO DO CONTRATO: R\$ 3.038.964,04. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa - 02061057042690001; Natureza da despesa - 339037; Nota de empenho - 2018NE000917, de 22/08/18; Valor do empenho - R\$ 2.082.556,98; Nota de empenho - 2018NE000920, de 22/08/18; Valor do empenho - R\$ 956.407,06. DATA DE ASSINATURA: 28/08/18. SIGNATÁRIOS: pelo Contratante, Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora-geral, pela Contratada, Júlio Augusto Martins Figueiredo Pinto, Representante Legal.

#### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

INEXIGIBILIDADE. SEI n. 0027210-75.2018.6.17.8000. OBJETO: Contratação de empresa para treinamento e capacitação de 03 servidores na "XV Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas" em Brasília/DF, com duração de 04 dias, totalizando carga horária de 32 horas-aula. CREDOR: Escola Superior de Administração Fazendária - ESAF. CNPJ: 02.317.176/0001-05. FUNDAMENTO LEGAL: art. 13, VI, c/c o art. 25, II, da Lei n.º 8.666/93. PERÍODO: 25 a 28/09/2018. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa - 02122057020GP0026; Natureza da Despesa - 339139; Nota de Empenho - 2018NE000945, de 30/08/18; Valor do Empenho - 1.500,00. AUTORIZAÇÃO: Alda Isabela Saraiva Landim Lessa, Diretora-geral, em 29/08/2018.